

ESFEAG



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUARIAIS E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**Análise do Modelo do Sistema Integrado da Administração
Financeira da União: Características e Fundamentos**

MONOGRAFIA APRESENTADA AO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE BACHAREL EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA MARIA VERAS FERNANDES

**FORTALEZA
Setembro/1998**

**Análise do Modelo do Sistema Integrado de Administração
Financeira da União: Características e Fundamentos**

**MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FERNANDA MARIA VERAS FERNANDES

**FORTALEZA
Setembro/1998**

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis , outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

Fernanda Maria Veras Fernandes
Matrícula 9334360

MONOGRAFIA APROVADA EM: 29/09/98

Prof. Fátima de Souza Freire
(Orientadora)

Prof. da Banca Examinadora
Marcos Vinícius U. MACHADO

Prof. da Banca Examinadora

Agradecimentos

Agradeço a Deus, Senhor de todas as coisas, aos meus pais, irmãos, professores e amigos que de alguma forma me ajudaram na realização deste trabalho e em especial à minha mãe *Socorro* que sempre me incentivou na caminhada rumo ao alcance dos meus objetivos.

“ É a crença na possibilidade de realizar nossos sonhos que desperta a energia e a criatividade para ir à luta e mudar o mundo.

Quem crê na possibilidade, vê as coisas acontecerem”

Anônimo

SUMÁRIO

Agradecimento	04
Pensamento	05
Sumário	06
Introdução	07

1ª Parte – Sistema e Tecnologia da Informação

1 Terminologia de Sistemas	09
2 Evolução do Processo Gerencial e da Tecnologia de Informação	11
3 Breve Comentário sobre o SIAFI	14
3.1 Apresentação do Sistema	14
3.2 Características Principais	14
3.3 Principais Objetivos	15
4 Conceituações Básicas do SIAFI	15
4.1 Unidade Orçamentária	15
4.2 Unidade Gestora	15
4.3 Gestão	15
4.4 Programa de Trabalho	16
4.5 Fonte de Recursos	16
4.6 Plano de Contas da Administração Financeira	16
4.7 Evento	17
4.7.1 Estrutura	18
4.7.2 Índice dos Eventos	18
4.7.3 Regras Básicas aos Usuários	19
4.8 Conta Única do Tesouro Nacional	20
5 Etapas da Execução Financeira de uma Despesa na Administração Pública Federal	20
5.1 Emissão de Nota de Empenho – NE	20
5.2 Liquidação da Despesa	21
5.3 Pagamento da Despesa	22

2ª Parte – Sistema Integrado da Administração Financeira SIAFI

1 Justificativa	23
2 Criação e Implantação	25
3 Objetivos Básicos	26
3.1 de caráter geral	26
3.2 de caráter específico	27
4 Abrangência do SIAFI	28
5 Vantagens	28
6 Agentes	29
6.1 Controlador	29
6.2 Coletor	30
6.3 Usuários	30

7	Macrofunções do SIAFI	31
8	Sistema Computacional	33
	8.1 Dimensão Operacional	33
	8.2 Sistema SENHA	33
9	Acesso ao Sistema	34
10	Principais Operações no SIAFI	36
	10.1 Recepção de Mensagens	36
	10.2 Transmissão de Mensagens	36
	10.3 Cadastramento de Credor	36
	10.4 Registro de Contrato de Prestação de Serviço	37
	10.5 Inclusão de Domicílio Bancário	37
	10.6 Consultas	37
11	Extrator de Dados	38
12	Principais Documentos Emitidos e Utilizados pelo Sistema	39
	12.1 Nota de Empenho	39
	12.2 Pré Empenho	39
	12.3 DARF Eletrônico	39
	12.4 GRPS Eletrônica	39
	12.5 Guia de Recebimento	40
	12.6 Nota de Movimentação de Crédito	40
	12.7 Nota de Dotação	40
	12.8 Nota de Lançamento por Evento	40
	12.9 Ordem Bancária	40
13	SIAFEM – Uma Extensão do SIAFI	40
	13.1 Alguns Estados que Utilizam o SIAFEM	42
14	Inovações no SIAFI	43
	14.1 O Reprojeto SIAFI 96	43
	14.1.1 Principais Alterações	44
	14.2 SIAFI Cidadão	44
	14.3 SIAFI Convertido	45
15	Disposições Finais	45
17	Bibliografia	47

INTRODUÇÃO

Este trabalho, tem por meta apresentar as principais características do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de forma a observar como esse sistema desenvolve o aprimoramento da qualidade da Despesa Pública.

O SIAFI é um sistema que, com a utilização de técnicas eletrônicas de tratamento de dados, cuja ampliação dá-se de forma gradual e progressiva, busca a realização da execução orçamentária, financeira e contábil, de forma integrada, objetivando minimizar os custos, a par da eficiência e eficácia na gestão dos recursos alocados no Orçamento Geral da União.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, como um instrumento poderoso que é da prestação de contas das finanças públicas, ao longo desses 11 anos de existência se consolida, faz escola, admiradores de todos os níveis e ganha reconhecimento até mesmo internacional.

O SIAFI abrange todos os órgãos da Administração Direta, as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

O trabalho aqui apresentado é dividido em duas partes de forma que a primeira procura abordar uma estrutura sistêmica de empresa a fim de situar o objeto de estudo que é o Sistema Integrado de Administração Financeira da União, e verificar a sua atuação como sistema informatizado.

Na segunda parte apresenta-se as características do SIAFI e sua história, desde a criação e implantação até as recentes modificações e atualizações, passando pelas vantagens trazidas por esse Sistema à Administração Pública Federal assim como suas principais operações, que confirmam sua eficiência ao longo de mais de uma década de atuação.

Em virtude da ausência de fontes de consulta específicas ou afins, se fez necessária, a utilização de uma gama de periódicos e manuais. Foi utilizado para o desenvolvimento do tema, manuais de instrução, instruções normativas, instruções de execução, materiais de cursos, revistas e a própria legislação.

Procurou-se também apresentar algumas características principais do SIAFEM, Sistema Integrado da Administração Financeiras dos Estados e Municípios, desenvolvido a partir do SIAFI e que já vem trazendo muitos benefícios às localidades

onde se encontra instalado, como uma forma de provar a eficiência do Sistema criado pela Secretaria do Tesouro Nacional em 1987.

A escolha e desenvolvimento do tema em questão – SIAFI – justifica-se pelo interesse em demonstrar sua importância e utilidade, assim como a “revolução” que o referido sistema desencadeou na administração dos recursos públicos. Tendo também por objetivo alertar os futuros profissionais e alunos da área contábil para a existência e acompanhamento do Sistema Integrado da Administração Financeira que apesar de tantas qualidades e já consagrado em todo o país é muitas vezes desconhecido no meio acadêmico.

1ª PARTE

SISTEMAS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

1. TERMINOLOGIA DE SISTEMAS

Nos últimos tempos muito se fala a respeito de “Sistemas”. Em inúmeros assuntos de nosso cotidiano, principalmente os empresariais, essa palavra aparece definindo ou resumindo situações.

Segundo FREIRE (1997: 02), “um sistema é um conjunto de partes interagentes (subsistemas) e interatuantes que possui determinado objetivo e busca realizá-lo através da execução dos procedimentos necessários”.

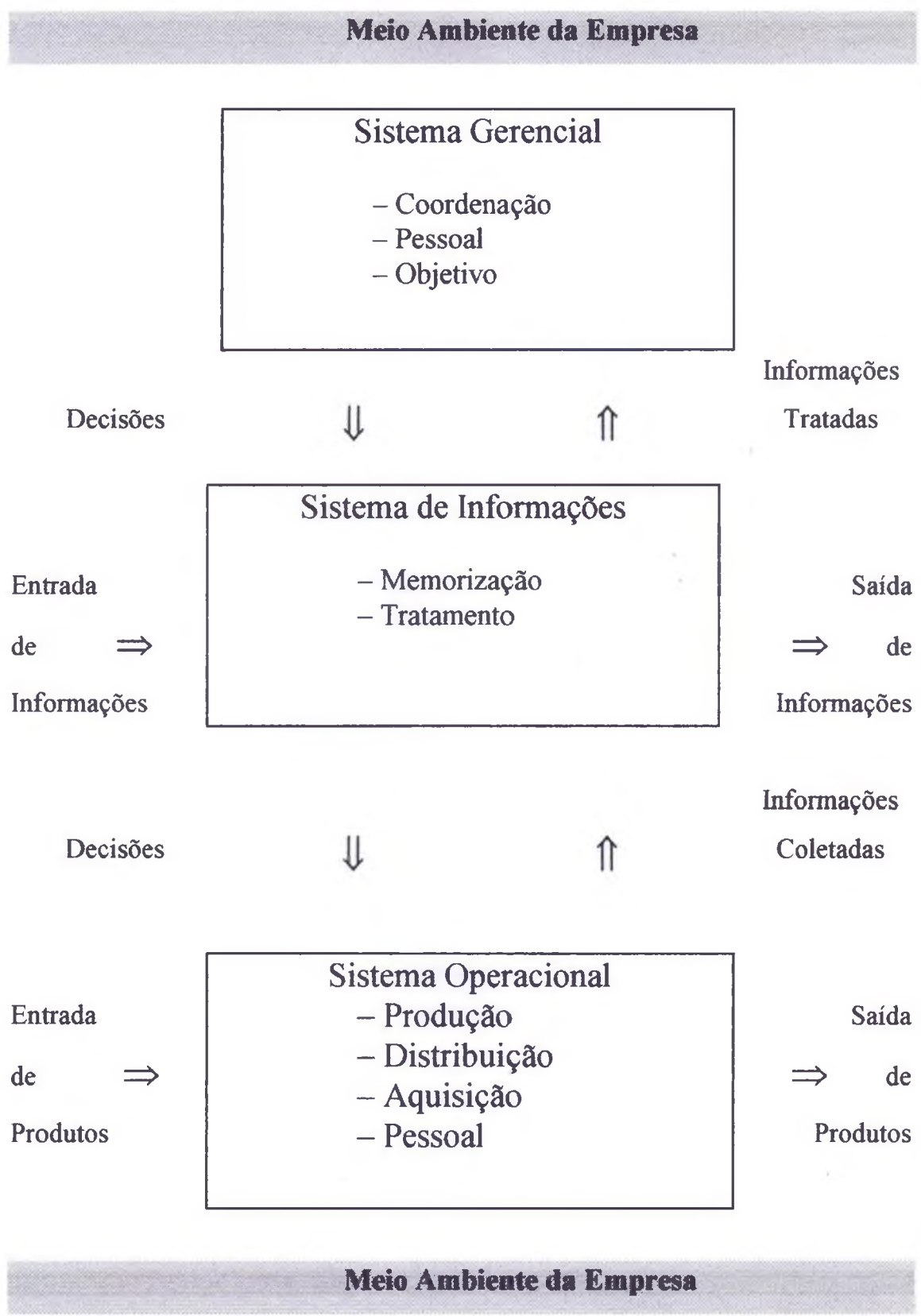
Sistemas Informatizados, Administrativos, Contábeis e Financeiros (SIACF’S) são Sistemas de Informações totais das organizações, havendo uma integração entre eles, uma vez que as informações permeiam as atividades empresariais. Tais sistemas compõem as áreas de controladoria, financeira, administrativa e de contabilidade.

Tomando por base os conceitos acima, e transpondo-o para uma estrutura empresarial, situando-o em uma realidade de empresa, faz-se necessário a análise da formação sistêmica de uma entidade, para uma melhor compreensão de sistema.

A organização sistêmica de uma empresa é representada pelo sistema gerencial, operacional e de informações (ver Figura 1.), descritos a seguir:

- (i) sistema gerencial: tem como objetivo planejar, organizar e controlar;
- (ii) sistema operacional: tem como objetivo produzir, distribuir, vender e adquirir;
- (iii) o sistema de informações tem como objetivo fornecer subsídios de como melhor planejar, organizar, dirigir, controlar, produzir, distribuir, vender , adquirir e ainda informar.

Figura 1: Esquema Sistêmico de uma Empresa



Fonte: FREIRE (1996)

2. A EVOLUÇÃO DO PROCESSO GERENCIAL E DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES

Entende-se por Sistema de Informações “um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informação”. (GIL, 1995).

Outra definição é que Sistema de Informação é um conjunto de elementos interdependentes (subsistemas), logicamente associados, para que de sua interação sejam geradas informações necessárias à tomada de decisões.

Para compreendermos melhor o que é um Sistema de Informações e levando em conta o papel que o computador desempenhou nos últimos anos, será realizado um breve comentário sobre as 4 eras de Utilização da Tecnologia de Informações abordadas por KEEN (1996). São elas:

1ª Fase: Processamento de Dados (1960)

Essa foi a Era do Papel. Nesse momento não havia para o usuário outra opção de comunicar-se com o computador a não ser por meio do papel.

Apesar de muito caros, limitadíssimos e totalmente incompatíveis entre si, os computadores se tornaram pela primeira vez economicamente atraentes para as empresas americanas na década de 1960. Nessa época os avanços da informática eram na parte de hardware e existia um predomínio da informática sobre as comunicações.

Outra característica do Processamento de Dados é que ele evoluiu como uma função de apoio isolada do negócio em si, tanto física como psicologicamente. Havia distância na maioria das vezes de quilômetros entre o Processamento de Dados e a sede administrativa.

Outro problema a se verificar era a alocação dos custos do Processamento de Dados (que eram crescentes) aos departamentos que o utilizavam. Os executivos não tinham controle sobre os custos de Tecnologia de Informação.

“Durante a maior parte das décadas de 1960 e 1970, os sucessos obtidos no desenvolvimento de sistemas ficaram obscurecidos pelos atrasos, estouros de custos e *bugs* (erros). (KEEN, 1960)

2ª Fase: Sistemas de Informações (1970)

Essa foi a Era do Suporte Eletrônico. Aqui surgem os disquetes de 8” (oito polegadas) e terminais que começaram a substituir o papel na comunicação com o computador. Nessa fase as Informações Contábeis continuam limitadas para as decisões gerenciais.

Os Departamentos de Sistema, por equivocadamente compararem “informações” com “dados”, tinham em mente que quanto mais dados melhor. Porém, por costumarem chegar atrasados, tais dados atendiam a poucas necessidades gerenciais.

Com as mudanças na tecnologia, pouco a pouco, os dados transformaram-se em informações e houve a adequação dos sistemas às necessidades efetivas do grupo gerencial e executivo das empresas.

Surge, nesta década, uma inovação: o “tempo compartilhado”, que possibilita aos computadores processar diversas tarefas simultaneamente e com rapidez. Outra inovação pode ser representada ainda pela criação do terminal de computador, que permite o acesso flexível, ocasional e não totalmente dirigido aos depósitos centrais de informações e do processamento em tempo compartilhado nos computadores de grande porte.

Ainda nessa era há o aparecimento de pacotes de softwares, que são conjuntos de programas escritos por empresas especializadas e vendidos no mercado

“A era dos Sistemas de Informações foi a primeira a presenciar esforços objetivos no sentido de disciplinar, profissionalizar e controlar os custos e recursos de informática. Muitas vezes, o controle transformou-se em burocracia.” (KEEN, 1996)

“ O surgimento dos sistemas de informação contribuiu decisivamente para a mudança de comportamento do usuário, que passou a se preocupar mais com a parte gerencial de seu negócio e não mais somente com o lado operacional como fazia ao utilizar programas isolados” (CRUZ, 1997).

3ª Fase: Era da Inovação e das Vantagens Competitivas (1980)

Essa foi a época em que a palavra INOVAÇÃO era uma norma. Com destaque para o surgimento dos microcomputadores e da tecnologia de escritório.

Enquanto nas eras anteriores quase todas as aplicações informatizadas, eram voltadas para dentro, para as operações administrativas das empresas, aqui, os olhares se dirigiam para o mercado, em busca de oportunidades estratégicas apoiadas na Tecnologia da Informação.

4ª Fase: Era da Integração e Restruturação do Negócio ou Tecnologia da Informação (1990)

Integração, Interligação e Compatibilização são as palavras chaves dessa era também chamada de fase da Tecnologia de Informação, e até Era da Globalização.

Essa é a época que vivemos hoje e que tem como o maior símbolo, a idéia do mundo sem fronteiras, onde pessoas se comunicam sobremaneira via computador de qualquer parte do mundo.

“O aspecto mais característico dessa era é o fato de que, de modo súbito, a mudança se acelerou em quase todas as áreas do negócio e da tecnologia”. (KEEN, 1996)

Nessa época, surge o mercado dos integradores de sistemas com taxas de crescimento de 20% ao ano, e as empresas começam a demonstrar essa integração com a tecnologia, já que se encontram repletas de sistemas desintegrados.

O ambiente dos negócios vive em constante processo de globalização onde se procura informatizar em vez de automatizar.

“Hoje, quando estamos quase no ano 2.000, estamos mais uma vez dentro de uma revolução tecnológica, propiciada pelo surgimento dos sistemas distribuídos, da plataforma cliente-servidor e, mais recentemente, do “monstro” chamado Internet. (CRUZ, 1997)

Finalmente, sobre a evolução de todo esse processo tecnológico e gerencial pode-se confirmar o que Keen fala: “ a história da Tecnologia da Informação é uma história de mudanças ininterruptas. A velocidade das transformações é óbvia, no mundo dos negócios, nas empresas e na própria tecnologia”.

3. BREVE COMENTÁRIO SOBRE O SIAFI

3.1. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI é o sistema de teleinformática que processa a execução orçamentária, financeira e contábil dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sendo centralizado em Brasília e ligado por teleprocessamento aos Órgãos do Governo Federal existentes.

O SIAFI é um sistema on-line que se constitui no principal instrumento de administração orçamentária e financeira da União, provendo os órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública de mecanismos adequados à realização, ao acompanhamento e ao controle da execução orçamentária e financeira, tornando a contabilidade fonte segura de informações gerenciais.

3.2. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

O SIAFI é um sistema essencialmente contábil, ou seja, a realização das atividades de administração orçamentária, financeira e contábil tem como consequência registros contábeis que obedecem ao Plano de Contas da Administração Pública Federal, os quais, no final de cada exercício financeiro, são a base para a elaboração do Balanço Geral da União.

O SIAFI é composto por SUBSISTEMAS que se subdividem em MÓDULOS que, por sua vez, são compostos pelas TRANSAÇÕES.

Transação é o conjunto de procedimentos inter-relacionados que permite a interação do operador de terminal (em vídeo) a equipamentos de computação, com a geração de telas que servem para entrada, atualização ou consulta de dados, impressão de relatórios e comunicação entre unidades do sistema. As transações representam o nível mais detalhado da estrutura do sistema.

3.3 PRINCIPAIS OBJETIVOS

O Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI foi concebido e desenvolvido com o objetivo de simplificar e uniformizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal, de forma integrada, buscando minimização dos custos, a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, permitindo, assim, que a Contabilidade Pública seja uma fonte confiável e segura de informações gerenciais para todos os níveis da administração pública.

4. CONCEITUAÇÕES BÁSICAS DO SIAFI

4.1 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)

É a repartição da Administração Federal a que o Orçamento da União consigna dotações específicas, para a realização de seus programas de trabalho.

4.2 UNIDADE GESTORA (UG)

É a Unidade Orçamentária investida no poder de gerir recursos orçamentários e financeiros próprios ou sob descentralização. Cada UG tem um código que identifica a Unidade no Sistema. Esse código tem 6 dígitos, onde os 2 primeiros identificam o órgão/Ministério, o terceiro indica o tipo da UG (se faz parte da Administração Direta ou Indireta) e os três últimos formam a numeração sequencial atribuída às U.G.

4.3 GESTÃO

Denomina-se “gestão” o ato de gerir a parcela do patrimônio de uma Unidade Gestora, Entidade Supervisionada, Órgão ou Fundo que, tendo ou não personalidade jurídica própria requeira demonstrações, acompanhamentos e controles distintos.

É dessa forma que o SIAFI, permite acompanhar a aplicação dos recursos alocados no Orçamento Geral da União, sem que a entrada desses recursos perca sua individualização.

Todas as gestões devem ser cadastradas pelo Departamento do Tesouro Nacional – DTN, a pedido dos órgãos Setoriais de Controle, cabendo-lhe um código específico.

4.4 PROGRAMA DE TRABALHO (PT)

É representado por uma estrutura que permite a elaboração e a execução orçamentária, bem como o controle e acompanhamento dos planos definidos pela Instituição para ser exercido em um determinado período.

Essa estrutura, formada por 17 dígitos tem a seguinte composição (**exemplo de uma estrutura utilizada pelo INSS**):

FUNÇÃO: 15 – Assistência e Previdência

PROGRAMA: 082 – Previdência

SUBPROGRAMA: 0492 – Previdência Social e Segurado

PROJETO/ATIVIDADES: 2347 – Concessão e Manutenção de Benefício.

SUBPROJETO/ATIVIDADES: 0005 – Benefício da Previdência Social – Urbano

4.5 FONTE DE RECURSOS (FR)

Indica a origem dos recursos orçamentários transferidos para o órgão e destinados à manutenção das atividades programadas.

4.6 PLANO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O Plano de Contas consiste em uma estruturação ordenada e sistematizada das contas utilizadas pelos órgãos/entidades. O Plano contém as diretrizes técnicas gerais

e especiais que orientam os registros dos fatos ocorridos e dos atos praticados na entidade. O registro desses fatos é efetuado no sistema, em sua maioria, automaticamente, mediante a utilização das transações e de eventos apropriados para cada ato e fato praticados pelos gestores das UG.

O Plano de Contas da Administração Pública Federal foi regulamentado pela Instrução Normativa / STN n.º 23, de 23.12.86.

Entre os principais propósitos do Plano de Contas da administração financeira destacam-se o de atender, de maneira uniforme e sistematizada, o registro contábil dos atos e fatos relacionados com os recursos do Tesouro Nacional, sob a responsabilidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta, de forma a proporcionar maior flexibilidade no gerenciamento e consolidação dos dados e atender às necessidades de informações em todos os níveis da Administração Federal, assim como o propósito de padronizar o nível de informações dos órgãos da Administração Direta e Indireta com a finalidade de auxiliar o processo de tomada de decisões, ampliando a quantidade dessas informações, facilitando a elaboração do Balanço Geral da União.

As contas contábeis do Plano de Contas da Administração Pública Federal podem ser consultadas, no SIAFI, por intermédio da transação CONCONTA, inclusive sua função e funcionamento.

4.7 EVENTO

O SIAFI trata os atos e fatos administrativos como “eventos”, aos quais são associados às contas contábeis correspondentes, permitindo que os lançamentos sejam efetuados por leigos.

O Sistema baseia-se integralmente na identificação do evento sob registro para efetuar os processamentos correspondentes, incluindo os registros contábeis.

É fundamental a correta informação do evento, pois dela depende, em última instância, a correção dos dados registrados e das informações geradas pelo SIAFI.

A Tabela de Eventos é o instrumento utilizado pelas Unidades Gestoras no preenchimento das telas e/ou documentos de entrada no SIAFI, para transformar os atos e fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos.

Para cada evento é definido o correspondente esquema contábil associado com tantos lançamentos quantos necessários, os quais contemplam:

- a) para a unidade que está efetuando o registro;
- b) e para a unidade que seja destinatário da ação efetuada.

4.7.1 ESTRUTURA

O código do evento é composto de 6 (seis) número estruturados da seguinte forma:

	XX	X	XXX
<p>TRANSAÇÃO _____</p> <p>Identifica o conj. de eventos de uma mesma natureza. Alguns códigos são associados aos próprios documentos de entrada no SIAFI.</p>			
<p>TIPO _____</p> <p>Situação do Registro</p> <ul style="list-style-type: none"> (0) Evento Normal do Gestor (1) Evento Interno do SIAFI (5) Estorno de Evento Normal (pelo gestor) (6) Estorno Interno do SIAFI (9) Evento Administração (sem reflexo contábil) 			
<p>CÓDIGO SEQUENCIAL _____</p>			

4.7.2 ÍNDICE DOS EVENTOS

- 10.0.000 – Eventos de Previsão da Receita
- 20.0.000 – Eventos de Dotação
- 30.0.000 – Eventos de Movimentação de Crédito
- 40.0.000 – Evento de Empenho
- 50.0.000 – Eventos de Apropriação, Retenções, Liquidações e outros

51.0.000 – Eventos de Apropriação de Despesas
52.0.000 – Eventos de Retenções da Obrigação
53.0.000 – Eventos de Liquidez da Obrigação
54.0.000 – Eventos Diversos
55.0.000 – Eventos de Apropriação de Direitos
56.0.000 – Eventos de Liquidez de Direitos
57.0.000 – Eventos de Máquina para Ajuste de Conversão da Moeda

59.0.000 – Eventos de Despesas em Regime de Execução Especial

61.0.000 – Eventos de Liquidação de Restos a Pagar

69.0.000 – Eventos de Liquidação de Restos a Pagar – Despesa em Regime de Execução Especial

70.0.000 – Eventos de Desembolsos

80.0.000 – Eventos de Embolsos e de Receita

4.7.3 REGRAS BÁSICAS AOS USUÁRIOS

Os códigos dos eventos mantêm correlação com os documentos de entrada do SIAFI:

a) as unidades gestoras devem utilizar, para registro de suas transações diárias no SIAFI, os códigos dos eventos existentes na tabela;

b) caso não encontre na tabela o evento que expresse, com bastante clareza, a transação a ser processada, deverá contactar o órgão de contabilidade para os esclarecimentos necessários.

c) a Tabela de Eventos é parte integrante do Plano de Contas único e veio substituir a forma usual de apresentação de Digmaforma (Correspondência entre as contas);

d) o SIAFI está preparado para só aceitar como válido, em termos contábeis, os documentos que se apresentarem como eventos que, no todo, completem partidas dobradas (total dos débitos igual ao total dos créditos);

e) a Coordenação-Geral de Contabilidade do DTN é o órgão responsável pela atualização da Tabela de Eventos.

4.8 CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL

Conta Única do Tesouro Nacional é a conta mantida no Banco Central do Brasil e operacionalizada junto ao Banco do Brasil, destinada a acolher, em conformidade com o artigo 164 da Constituição Federal, as disponibilidades financeiras da União, à disposição das Unidades Gestoras “on line”.

Ela representa a unificação de todas as contas bancárias das Unidades Gestoras participando do SIAFI, existentes no Banco do Brasil S. A., na modalidade “on-line”.

Características da Conta Única são:

a) Os ingressos na Conta Única ocorrem através de transferências de limite de saque de outra Unidade Gestora da Conta Única;

b) Limite de saque é a disponibilidade financeira da Unidade Gestora “on-line” existente na Conta Única, para a realização de pagamentos; e

c) Não há cancelamento de transferência de limite de saque entre Unidades Gestoras integrantes da Conta Única. Havendo necessidade de retornar os recurso à U.G. de origem, a U.G. favorecida procede à devolução através do SIAFI.

5. ETAPAS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE UMA DESPESA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Sabendo-se que o Sistema em estudo é aplicado e utilizado apenas por instituições da administração pública federal, convém aqui, que se faça um pequeno relato sobre o processo de execução orçamentária e financeira da despesa realizado nestas organizações a partir do SIAFI.

5.1 EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO – NE

O Empenho é a primeira etapa da execução da despesa e se materializa, no SIAFI, através da emissão da Nota de Empenho(NE), utilizando a transação NE. O

empenho caracteriza-se pelo comprometimento de créditos orçamentários em favor de um credor, devidamente cadastrado no SIAFI, o qual assumirá, também, a obrigação de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços na forma descrita na NE.

Referente à emissão de NE, destaca-se os seguintes passos a serem observados:

- a) para poder lançar uma Nota de Empenho no Sistema, é necessário a existência de crédito orçamentário disponível (na conta contábil 2.9.2.1.1.00.00 da Unidade Gestora., no elemento de despesa correspondente ao objetivo do empenho);
- b) deve ser observada, rigorosamente, a coerência entre o objeto do empenho e o elemento de despesa, constante na classificação orçamentária;
- c) o campo do favorecido pode ser preenchido com um CPF, CGC, Código de UG/Gestão ou IG (inscrição Genérica);
- d) o favorecido tem que estar devidamente registrado no cadastro de credores;
- e) a Nota de Empenho pode ser original, de reforço ou anulação, devendo ser indicado o tipo, em campo específico, no ato da sua emissão;
- f) em caso de dúvida no preenchimento de algum campo, posiciona-se o cursor no campo e em seguida tecla-se <PF1>;
- g) a NE pode ser emitida sem o preenchimento do cronograma de desembolso e/ou da descrição do objeto, os quais podem ser preenchidos posteriormente, por meio das transações ATUCRONOG e INCDESCEMP, respectivamente;
- h) após emitida a NE, é necessário imprimi-la (em 03 vias), por meio da transação IMPNE.

5.2 LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A Liquidação, segunda etapa da execução da despesa, se caracteriza pelo reconhecimento do direito do credor, após o mesmo haver entregue os bens ou prestado os serviços, conforme especificados na NE e, como contrapartida, a UG assume uma obrigação de realizar o pagamento nos prazos e formas pré-determinados.

Esta etapa pode ser realizada, no SIAFI, por intermédio de uma Nota de Lançamento – NL, emitida através da transação NL. Chama-se, também, esta fase de apropriação de despesa.

5.3 PAGAMENTO DA DESPESA

O Pagamento, terceira etapa da execução da despesa, é realizado por meio da emissão de Ordem Bancária – OB. É através dela que os recursos financeiros são transferidos da conta única da UG emitente para a conta do favorecido/credor, o qual deve estar devidamente cadastrado como credor e como seus dados bancários atualizados, a fim de que o referido crédito seja feito corretamente.

Vale ressaltar que, no ato da emissão da OB, a apropriação da despesa pode ocorrer simultaneamente com o pagamento que está sendo realizado. Tudo dependerá do evento utilizado.

Por meio da OB, as Unidades realizam pagamentos referentes a obrigações com seus fornecedores de bens e serviços, salários dos servidores, diárias, indenizações, transferências de recursos entre as mesmas, dentre outros.

Alguns tipos de OB:

1. EXTERNA → quando o favorecido não está integrado à conta única
2. INTRA-SIAFI → quando o favorecido está integrado à conta única
3. OBC → para pagar ao credor através de crédito na sua conta bancária
4. OBP → quando o credor saca o recurso em espécie no Banco
5. OBB → quando o credor é o banco, e o mesmo recebe uma relação de contas para realização dos créditos. **Exemplo: OB para pagamento de folha de pessoal.**

2ª PARTE
SISTEMA INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA (SIAFI)

1. JUSTIFICATIVA

A idéia da criação do SIAFI surgiu como consequência das análises dos grupos de trabalho criados para preparar o Ministério da Fazenda para a execução do orçamento unificado, de complexidade bastante superior ao orçamento tradicional e com o intuito de solucionar alguns problemas de natureza administrativa que impediam tal tarefa assim como a adequada gestão dos recursos públicos.

Naquela oportunidade, foram constatadas as seguintes distorções no funcionamento da administração financeira federal descritas a seguir.

a) Defasagem na escrituração contábil

Observava-se uma defasagem mínima de 45 dias entre um fato e o levantamento de demonstrativos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Dessa forma, tornava-se inviável o uso das informações para fins gerenciais.

b) Incompatibilidade dos dados utilizados

Como não se utilizava a contabilidade como fonte de informações, os dados utilizados nas diversas fases do orçamento e da programação financeira apresentavam sérias inconsistências, ocasionando grande prejuízo para a realização das atividades de todos os órgãos.

c) Trabalhos realizados de forma rudimentar:

As unidades gestoras, que necessitavam controlar suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, mantinham, em muitos casos, registros manuais.

d) Falta de integração dos sistemas de informações

Não havia qualquer integração entre os sistemas de informações.

e) Existência de Aproximadamente 4.000 Contas Correntes Bancárias

Em decorrência dos fatos anteriormente citados, não se conseguia implantar sistema de conta única no Banco do Brasil para as disponibilidades do Tesouro Nacional. O fato de se manter, como consequência, um elevado saldo médio naquele banco reduzia a flexibilidade da administração do caixa

f) Despreparo do Pessoal

A cultura vigente era a de que a contabilidade se prestava somente ao atendimento dos aspectos formais. Admitia-se, no máximo, a elaboração de análises mensais, mas com grande defazagem, além disso, o pessoal envolvido nos diversos sistemas, via de regra, não tinha treinamento voltado para as modernas técnicas de administração financeira.

A revista Tema lembra como eram gerenciados os recursos públicos antes das reformas com a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Diz que até 1982, ninguém, nem mesmo o governo, sabia como estava as finanças públicas. Um verdadeiro caos. Em primeiro lugar, porque havia quatro orçamentos e diferentes formas de administrá-los. O orçamento fiscal, o único aprovado pelo Congresso Nacional, era uma peça de ficção. Existia, ainda, o da previdência, gerido pelo ministro da área, o monetário e o das estatais, administrados pela área, econômica do Governo Federal.

Na mesma reportagem, o ex-ministro João Batista de Abreu, afirma que “a conta movimento no Banco do Brasil era, na prática uma forma de executar o orçamento monetário enquanto o orçamento fiscal era uma caricatura”. Dessa forma, o Tesouro executava despesas que não haviam sido contempladas no processo de elaboração orçamentária.

2. CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

O SIAFI, como sistema computacional, foi implantado em 1987, tornando-se, desde então, em importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal, configurando-se atualmente, no maior e mais abrangente instrumento de administração das finanças públicas, dentre os seus congêneres conhecidos no mundo.

Esta implantação viabilizou-se a partir da criação da STN (Secretaria do Tesouro Nacional) através do Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986, com o objetivo de promover a modernização e a integração dos sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de contabilidade dos Órgãos e Entidades Públicas Federais.

A Secretaria do Tesouro Nacional recebeu competente autorização para contratar junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, a implementação de um sistema computacional que fornecesse todas as informações necessárias, de maneira segura e tempestiva, e o SIAFI entrou em operação a partir de 01 de Janeiro de 1987, contando com a colaboração do SERPRO, Empresa Pública prestadora de serviço na área de informática.

Em entrevista à revista tema no ano de 1996, o então secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal fala sobre as principais realizações da STN – Secretaria do Tesouro Nacional – nos seus dez anos de criação e do seu principal produto o SIAFI. Na oportunidade, declara que antes da criação da STN, o Banco Central, Banco do Brasil e a Comissão de Programação Financeira, que exerciam as funções do Tesouro Nacional, operavam em uma situação de grande confusão institucional. Isso prejudicava as funções específicas desses órgãos, principalmente da comissão, que era dependente desses outros e não podia desenvolver mecanismos eficazes para a administração financeira, orçamentária e contábil da União. Com a criação da STN, veio o fim da Conta Movimento no Banco do Brasil, a unificação dos orçamentos e a eliminação do orçamento monetário, fazendo com que todas as despesas públicas passassem a ser previamente submetidas à aprovação do Congresso Nacional. Importante, também, foi a criação da conta única, que acabou com cerca de cinco mil contas bancárias de órgãos governamentais.

O secretário, continua afirmando que o SIAFI é o grande instrumento de administração financeira, contábil, orçamentária e patrimonial da União. Esse Sistema é impar no mundo e já vai para 34 (trinta e quatro) mil usuários no Brasil, cobrindo todos os órgãos e unidades que gastam recursos públicos e permitindo um controle das despesas em tempo real. Permitiu, também, a transferência para a STN de uma série de programas que não cabiam dentro da competência de política monetária do Banco Central, como o financiamento à agricultura. “Foram muitos os avanços conseguidos nesse período”, afirma Murilo Portugal. (Tema nº 129 – Set/Out. 1996)

3. OBJETIVOS BÁSICOS

3.1 DE CARÁTER GERAL

A idéia central preconizada pelo SIAFI é a de que todos os órgãos ligados à administração financeira federal utilizem a mesma base de dados, centralizada e permanentemente atualizada sob os princípios da Contabilidade. O SIAFI procura, dessa forma, alcançar os objetivos a saber:

a) prover os órgãos centrais, setoriais e executores de mecanismos adequados de controle diário da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

b) fornecer meios para agilizar a programação financeira, fazendo assim com que os recursos do Tesouro Nacional sejam melhor utilizados, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;

c) permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais para todos os níveis da administração;

d) integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos órgãos;

e) obter a transparência dos gastos públicos.

Estes objetivos são alcançados pelo SIAFI, através:

a) da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal, conforme estabelecido no art. 92 do Decreto-lei n.º 200/67;

- b) da modernização e padronização da administração financeira;
- c) da maior eficiência na utilização dos recursos, a partir de programação baseada na efetiva disponibilidade;
- d) da eliminação de defasagem na escrituração contábil das inconsistências de dados.

3.2 DE CARÁTER ESPECÍFICO

De caráter específico, pode-se dizer do Sistema que:

a) a centralização do processamento da execução orçamentária e financeira permite a padronização de todos os métodos e rotinas de trabalho, com benefícios sensíveis para a disseminação do conhecimento e execução dos trabalhos. Esta centralização é efetuada sem qualquer restrição ou prejuízo à gestão, ou seja, a realização das despesas permanece sob a responsabilidade e iniciativa dos gestores;

b) a unificação dos recursos de caixa do Governo Federal não significa perda da individualização dessas disponibilidades, tendo em vista que o SIAFI registra os limites financeiros de cada Unidade Gestora. O somatório desses limites compõe o saldo do Governo Federal. Cabe salientar que esses limites financeiros, independente da fonte de recursos, constituem disponibilidades que somente podem ser movimentadas pelos ordenadores de despesa de cada Unidade Gestora, na forma prevista em regulamentação própria, e

c) O SIAFI cria as condições para que os órgãos de Contabilidade analítica realizem seus trabalhos de forma mais efetiva, pois permite a alocação dos recursos humanos disponíveis na análise e controle das saídas contábeis e não no registro das entradas (escrituração).

4. ABRANGÊNCIA DO SIAFI

NÍVEL	ORGÃO
Central	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – SOF/SEPLAN
	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN/MF
Setorial	Coordenação de Planos e Orçamentos dos Ministérios Cíveis e Órgãos equivalentes nos Ministérios Militares e da Presidência da República
	Secretarias de Controle Interno dos Ministérios Cíveis e Órgãos equivalentes nos Ministérios Militares e Presidência da República.
Execução	Unidade Gestora em Geral
	Delegacias da Secretaria de Controle nos Estados

Os órgãos setoriais são aqueles que representam o elo de ligação entre as UG e a STN, com a finalidade de garantir o perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas nas diversas áreas.

5. VANTAGENS

O SIAFI apresenta várias vantagens no tratamento de dados informatizados em relação ao antigo sistema manual a saber:

- a) registra os fatos orçamentários, financeiros e contábeis no momento da realização;
- b) permite a qualquer momento, consultar informações atualizadas;
- c) reduz os custos operacionais da administração financeira do Governo Federal, pois todas as unidades gestoras utilizam, sem ônus, o mesmo sistema;
- d) reduz os custos financeiros da União, através da centralização do caixa, sem subtrair a autonomia das unidades gestoras;

e) movimenta os recursos orçamentários e financeiros em tempo real, procedimento que necessitava de alguns dias para ser executado;

f) cria condições para a agilização das decisões dos setor público, em decorrência da qualidade da informação atualizada e disponível a qualquer tempo;

g) moderniza a função de auditoria, eliminando a necessidade de consulta a grandes volumes de documentos;

h) o SIAFI possui um subsistema com características de correio eletrônico, por onde normas, procedimentos, orientações e esclarecimentos podem ser veiculados aos seus usuários de maneira ágil e uniforme;

i) eliminação da circulação de cerca de 21 milhões de guias.

6. AGENTES

Na estrutura do sistema SIAFI, existem três agentes que o compõem: **O CONTROLADOR, O COLETOR E O USUÁRIO**

É interessante, então, que se veja quem são, o que fazem e como cada um desses agentes participa do sistema.

6.1 CONTROLADOR

O SIAFI é um sistema de informações centralizado em Brasília, essa centralização permite a padronização dos métodos e rotinas de trabalho sem, entretanto, criar qualquer restrição ou rigidez à gestão dos recursos que permanece sob o total controle do ordenador de despesa de cada UG.

Em um nível de utilização central tem-se a Secretaria de Orçamento Federal SOF/SEPLAN e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF. Cabe à STN designar um cadastrador geral, encarregado de autorizar o uso de transações pela Unidades.

Assim também, a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional não significa perda de individualização destas disponibilidades, uma vez que cada UG trabalha com limites financeiros previamente definidos, somente movimentados pelos respectivos ordenadores de despesa, na forma prevista em regulamentação própria.

A idéia central do SIAFI é a de que todos os órgãos ligados à Administração Financeira Federal utilizem a mesma base de dados, que será, assim única e centralizada, sendo criada e atualizada sob os princípios da Contabilidade.

Importante é ressaltar que o SIAFI não centraliza a execução, mas sim o seu processamento, uniformizando e dando maior eficiência à gestão dos recursos próprios.

6.2 COLETOR

Além de desenvolver e de dar suporte ao Sistema o papel principal do SERPRO é o de designar, formalmente, um funcionário que será responsável pela execução do processo de credenciamento para uso do SIAFI, ou seja, um gestor responsável pela implantação de transações no sistema.

O SERPRO conta com 200 funcionários trabalhando no sistema e mantendo-o a um baixo custo.

“A distribuição geográfica das filiais do SERPRO com a interligação à Rede de Computadores e a abrangência do complexo SIAFI, possibilita o atendimento das necessidades das Unidades Gestoras – UG do Governo Federal do Oiapoque ao Chuí”.
(Tema n.º 107 – Ago/Set/Outoburo de 1991)

6.3 USUÁRIOS

O SIAFI é utilizado, atualmente, por todos os órgãos da Administração Direta (Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário) e por grande parte da Administração Indireta, em nível do Governo Federal.

São cerca de 5.000 UG Executoras e 30.000 operadoras, em todo o Brasil, que acessam o Sistema para o exercício de suas funções diárias. Destacam-se, nesse contexto, instituições de ensino profissionalizante de contabilidade, que utilizam os recursos do ambiente de treinamento do SIAFI para o desenvolvimento de disciplinas afins.

Além desses usuários diretos do ambiente SIAFI, outros interessados podem ter acesso às informações geradas pelo Sistema, tais como os institutos de pesquisas econômico-financeiras, comissões e assessorias parlamentares (Congresso Nacional) órgão de controle interno e externo e outros órgãos governamentais.

Em alguns estados e municípios já foi implantado o SIAFEM, gerido pelo SERPRO que é derivado do SIAFI com características próprias de acompanhamento e controle em níveis estaduais e municipais.

Além disso, vários países, principalmente da América do Sul, têm também demonstrado grande interesse na filosofia do SIAFI, sendo que espécimes do Sistema já se acham implantadas e ativadas em algumas nações, não só da América do Sul mas também da Europa.

7. MACROFUNÇÕES DO SIAFI

Entre as várias macrofunções do Sistema, pode-se relatar as principais que são:

Elaboração e execução orçamentária, Programação orçamentária, Programação e Execução Financeira; Integração entre as execuções orçamentárias e financeiras; Conta Única; Apropriação automática da arrecadação de receitas federais; Convênios; Apropriação automática da folha de pagamento; Conformidade Diária; Conformidade Contábil; Conformidade de Operações; Restos a Pagar; Encerramento do Exercício; Demonstrações Contábeis e Tomada e prestações de contas.

Inicialmente, e a título de exemplo, cita-se cinco funções básicas executadas pelo SIAFI.

Função 1 – Executa Orçamento

- a) Registra o orçamento aprovado;
- b) Registra as modificações orçamentárias aprovadas;
- c) Faz as transferências orçamentárias;
- d) Realiza o comprometimento das dotações;
- e) Fornece informações gerenciais e operacionais sobre o orçamento, em todos os níveis.

Função 2 – Programa Recursos Financeiros

- a) Registra os cronogramas de desembolso propostos pelas UGs e a nível setorial;

- b) Consolida os cronogramas a níveis setorial e global;
- c) Trata a previsão de arrecadação;
- d) Registra a programação global efetuada pela STN;
- e) Registra a programação setorial;
- f) Fornece informações gerenciais e operacionais sobre a programação financeira, em todos os níveis.

Função 3 – Executa Programação Financeira

- a) Registra as liberações efetuadas pela STN;
- b) Trata as transferências financeiras efetuadas pelos órgãos setoriais;
- c) Trata as transferências financeiras efetuadas pelos órgãos executores;
- d) Liquida a despesa;
- e) Fornece informações gerenciais e operacionais sobre a execução financeira, em todos os níveis.

Função 4 – Entidades Supervisionadas

- a) Trata os pagamentos efetuados pelas Entidades Supervisionadas;
- b) Fornece informações gerenciais e operacionais sobre as Entidades Supervisionadas, em todos os níveis.

Função 5 – Conformidade

Outra macrofunção importante a ser considerada é a Conformidade, que se constitui em um procedimento de segurança do SIAFI, com o objetivo de assegurar que todos os atos e fatos foram correta e tempestivamente registrados, garantindo a fidelidade das informações geradas pelo Sistema. Existem três tipos de conformidade:

Diária, efetuada sobre os documentos de suporte, a cargo da Unidade Gestora.

Contábil, a cargo do Órgão Setorial de Contabilidade, cujo registro deverá ser efetuado conforme o Calendário de Fechamento do Mês, podendo ser com restrição e sem restrição.

De Operadores, realizada mensalmente pelo titular da UG ou por operadores por eles indicados.

Os Órgãos Setoriais de Contabilidade devem acompanhar, no decorrer do mês, a manifestação de conformidade por parte das UG sob sua jurisdição. A Conformidade Contábil deve ser consultada periodicamente pela Unidade Setorial, no intuito de verificar se todos os registros receberam a conformidade.

8. SISTEMA COMPUTACIONAL

O SIAFI permite a contabilização e o controle da execução orçamentária e financeira da União, de forma instantânea e sistemática. Dispõe de terminais instalados em todo o território nacional, o que possibilita ao usuário o acesso on-line ao Sistema para registros e consultas de forma a facilitar o desempenho de suas atividades.

A administração do Sistema computacional disponível e da respectiva infraestrutura fica a cargo da STN, através do prestador de serviço de informática – o SERPRO, o qual disponibiliza sua rede, equipamentos e técnicos de desenvolvimento do Sistema.

Os usuários são responsáveis pela qualidade e veracidade dos dados introduzidos no SIAFI; a STN é responsável pela definição lógica e de normas de utilização; o SERPRO é responsável pelo desenvolvimento e funcionamento do Sistema, armazenamento e segurança dos dados.

8.1 DIMENSÃO OPERACIONAL

Por volta do ano de 1994 o SIAFI contava com 34.000 usuários habilitados, em cerca de 4.500 Unidades Gestoras executoras, possuindo ainda 3.933 terminais, 4.872 impressoras e 1028 micros instalados efetuando a execução de cerca de 1.400.000 transações on-line diárias e 1.600 acessos simultâneos às bases de dados do SIAFI.

8.2 SISTEMA SENHA

A segurança do SIAFI é garantida pelo SISTEMA DE ENTRADA E HABILITAÇÃO (SENHA), que tem como objetivo básico o controle de acesso ao sistema e às várias opções disponíveis de acordo com o perfil de trabalho do usuário.

O acesso ao sistema é feito mediante o CPF do usuário, associado a uma senha sigilosa que pode ser alterada a qualquer momento, armazenada de forma cifrada.

O menu do sistema é personalizado, de forma que o usuário somente tenha acesso às opções de acordo com o perfil de trabalho que lhe é atribuído.

O sistema SENHA exige que sejam informados os dados pessoais do operador, a unidade gestora na qual trabalha, o seu nível de acesso e o perfil correspondente a sua área de atuação, entre outros.

A combinação do nível de acesso com o perfil determina o conjunto de transações, que incluem ou consultam informações na base de dados do sistema, ao qual o operador terá acesso, bem como a abrangência das consultas.

Para todos os níveis de acesso o usuário somente poderá registrar dados na unidade gestora em que esteja cadastrado, assim como para as unidades *on line* em relação às quais sua unidade gestora atue como *pólo de digitação* (unidade gestora que procede à digitação de dados para outras unidades gestoras que não possuam terminais do SIAFI).

Quanto às consultas via terminais do SIAFI, cada nível de acesso disponível permite sua respectiva abordagem ao sistema, pelo operador. Como por exemplo:

Nível 9 – AUDITOR – Permite acessar todos os dados, analíticos ou sintéticos, de qualquer UG, Ministério, Órgão ou Entidade.

9. ACESSO AO SISTEMA

Os usuários do SIAFI devem estar devidamente habilitados para esse fim. O cadastramento e a habilitação de operadores são atribuições das Delegacias Regionais do Tesouro Nacional, nos Estados e no Distrito Federal.

Ao ligar o terminal e surgindo a tela onde estão relacionados os sistemas disponíveis na Rede SERPRO de Computadores, deve ser indicado a sigla “SF” campo OPÇÃO, que corresponde ao Sistema SIAFI.

SIAFI ————— SF

Em seguida, inicia-se o preenchimento na tela de entrada do SIAFI com a informação do código (que é o número do CPF digitado sem a utilização do hífen) e da senha do usuário. Em seguida, tecla-se <ENTER>.

Continuando confirma-se a habilitação, a tela inicial retorna acrescida do campo SISTEMA, para que seja informado o Sistema desejado.

Informa-se o sistema e tecla-se <ENTER> para continuar. Informado “SIAFI 98” deve ser teclado <ENTER> para acessar efetivamente o Sistema.

A primeira tela a aparecer contém as mensagens transmitidas para a Unidade que está acessando o Sistema, cujo recebimento ainda não foi confirmado.

Após as mensagens, o SIAFI apresenta os subsistemas que o compõe. Escolhe-se o subsistema a ser trabalhado, aparecerá para escolha, então, os módulos do subsistema. Da mesma forma, digitando “X” no módulo desejado são apresentadas as transações que o compõe.

A existência ou não de terminal do SIAFI na Unidade Gestora ou a possibilidade de utilização do terminal na UG vizinha, com ela compartilhando o seu uso, ou a impossibilidade de acesso direto ao terminal, define a forma de acesso ao sistema, como segue:

On-line → Quando os documentos orçamentários e financeiros da Unidade Gestora são emitidos diretamente pelo SIAFI a própria Unidade introduz seus atos e fatos administrativos no sistema, por terminal de vídeo próprio ou compartilhado. Nesse caso, as disponibilidades financeiras da Unidade Gestora são individualizadas no SIAFI e integram a conta única do Tesouro Nacional, no agente financeiro. Chama-se a Unidade de “on-line”.

Off-line → Quando a UG, por não ter acesso ao terminal, emite seus documentos orçamentários e financeiros previamente à introdução no sistema; a Unidade Gestora não introduz seus atos e fatos administrativos no sistema, o que é feito pelo Órgão de Direção Setorial ao qual a Unidade é vinculada, e que denomina Pólo-SIAFI. Chama-se a Unidade de “off-line”

10. PRINCIPAIS OPERAÇÕES NO SIAFI

10.1 RECEPÇÃO DE MENSAGENS

Há 02 (duas) formas do usuário ter acesso a todas as mensagens enviadas à sua U.G., são elas:

a) ao entrar no sistema, as mensagens não recebidas serão apresentadas na tela e, para recepcioná-las, marcar com um “X” as mensagens para leitura/impressão.

b) se o usuário já está no sistema, digitar a palavra MENSAGEM na linha de comando e em seguida teclar <ENTER> para serem apresentadas todas as mensagens dirigidas a sua U.G.

10.2 TRANSMISSÃO DE MENSAGENS

Para transmitir uma mensagem deve ser utilizada a transação INCMMSG. Através da mesma pode-se transmitir mensagens “on-line” para uma U.G., um grupo de U.G’s. ou todas as U.G’s. simultaneamente, conforme a necessidade do assunto.

10.3 CADASTRAMENTO DE CREDOR

A U.G., antes de começar a Execução Orçamentária e Financeira da despesa, no SIAFI, deve cadastrar as pessoas físicas ou jurídicas que irão ser constituídas como favorecidas/credores, no ato das emissões de Nota de Empenho e/ou Ordens Bancárias.

A inclusão e alteração dos credores poderão ser feitas por qualquer U.G. executora do sistema, por meio da transação ATUCREDOR. No entanto, as alterações de título ou subtítulos, somente poderão ser efetuadas pela COSIS/STN, os demais campos poderão ser alterados pelo usuário. As exclusões e reinclusões de credores só poderão ser feitas por usuários especialmente autorizados.

Ao incluir o credor, pode-se registrar, também, seu domicílio bancário, na mesma transação.

10.4 REGISTRO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A despesa, na Administração Pública, pode ser realizada mediante celebração de contratos. Quando isso ocorre, a U.G. deve registrar o valor desse contrato, no SIAFI, por meio de Nota de Lançamento, utilizando os eventos contábeis da classe 54.0.000.

Caso não seja realizada N.L. (Nota de Lançamento) como o registro do contrato, o sistema, automaticamente não permitirá a apropriação da respectiva despesa.

10.5 INCLUSÃO DE DOMICÍLIO BANCÁRIO

Para poder realizar o pagamento a um determinado credor, também é necessário que seu domicílio bancário (banco, ag. e c/c) esteja registrado no SIAFI. Esse registro pode ser feito no ato do seu lançamento no cadastro de credor, ou poderá ser realizado com a transação ATUDOMCRED.

Essa transação permite a todo usuário a inclusão de domicílios bancários em qualquer tempo, ou seja, em caso de necessidade de incluir novos dados relativos a credores já cadastrados.

10.6 CONSULTAS

O Sistema dispõe de Transações que permitem a qualquer momento, a consulta dos dados relacionados a um determinado documento, registro, tabela, cadastro e as demais informações existentes no Sistema.

Seguem detalhes sobre as principais consultas.

> CONND	Permite consultar os dados de uma Nota de Dotação
> CONMC	Permite consultar os dados de uma Nota de Movimentação de Crédito
> CONNE	Permite consultar os dados de uma Nota de Empenho
> CONOB	Permite consultar os dados de um Ordem Bancária
> CONNL	Permite consultar uma Nota de Lançamento
> CONGR	Permite consultar uma Guia de Recolhimento
> CONEVENTO	Informa as características do Evento
> CONTEVENTO	Informa para cada conta contábil, os eventos utilizados
> RAZÃO	Permite consultar os lançamentos contábeis ocorridos na conta-corrente contábil em um determinado período
> DETACONTA	Permite visualizar as contas-correntes e os respectivos saldos de uma determinada conta.
> BALANSINT	Permite consultar o Balanco Sintético por órgão e tipo (financeiro, patrimonial, variação patrimoniais, balanço orçamentário, demonstração das disponibilidades)
> CONBALANUG	Permite consultar o Balanco Sintético por Unidade Gestora e tipo
> BALANCETE	Permite consultar o Balancete Analítico por Unidade Gestora
> CONTABANCO	Permite consultar os lançamentos realizados em determinada Conta Bancária
> DIÁRIO	Permite listar os documentos emitidos pela UG, diariamente

11. EXTRATOR DE DADOS

A demanda crescente por novos relatórios do SIAFI aumentava muito rapidamente e o SERPRO não tinha mais condições de atender, com a rapidez e a eficiência exigida, os pedidos, muitas vezes complexos, dos diversos usuários do Sistema. Dessa forma, foi disponibilizada uma ferramenta que permite a consulta diretamente aos bancos de dados do Sistema, colocando os dados à disposição do

usuário, segundo alguns critérios de segurança, para que ele mesmo possa gerar as informações de que necessita, de forma mais elaborada e particular.

É um produto que disponibiliza os dados brutos de arquivos extraídos do SIAFI, para serem tratados pelos usuários de acordo com as suas necessidades de acompanhamento e controle operacional ou gerencial.

O Extrator de Dados permite a consulta e, principalmente, a extração de dados da base de dados dos sistemas residentes nos computadores de grande porte do SERPRO.

12. PRINCIPAIS DOCUMENTOS EMITIDOS E UTILIZADOS PELO SISTEMA

12.1 NOTA DE EMPENHO – NE

Permite registrar o comprometimento de despesa, bem como os casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação desse compromisso

12.2 PRÉ-EMPENHO – PE

Permite registrar créditos orçamentários pré-compromissados, para atender objetivos específicos, nos casos em que a despesa a ser realizada, por suas características, cumpre etapas com intervalos de tempo desde a decisão administrativa até a efetivação da emissão da NE.

12.3 DARF ELETRÔNICO – DF

Permite registrar a arrecadação de receitas federais efetivadas pelos Órgãos e Entidades, por meio de transferências de recursos intra-SIAFI entre a UG recolhadora e a Conta Única do Tesouro Nacional

12.4 GRPS ELETRÔNICA – GP

Permite registrar o recolhimento das contribuições para a Seguridade Social por meio de transferências de recursos intra-SIAFI entre a UG recolhadora e a Conta Única Institucional do INSS.

12.5 GUIA DE RECEBIMENTO – GR

Permite registrar a arrecadação de receitas próprias, o recolhimento de devolução de despesas ou o acolhimento de depósitos de diversas origens.

12.6 NOTA DE MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO – NC

Permite registrar a movimentação de créditos interna e externa e suas anulações.

12.7 NOTA DE DOTAÇÃO

Permite registrar valores decorrentes de desdobramento, por Plano Interno e/ou por Fonte de Recursos (quando detalhada), dos créditos previstos no OGU, bem como a inclusão dos créditos nele não consignados.

12.8 NOTA DE LANÇAMENTO POR EVENTO – NL

Permite registrar eventos contábeis não vinculados a documentos específicos.

12.9 ORDEM BANCÁRIA – OB

Permite registrar o pagamento de compromissos, bem como a transferência de recursos entre a UG, liberação de recursos para fins de adiantamento, suprimento de fundos, cota, repasse, sub-repasse e afins.

13. SIAFEM – UMA EXTENSÃO DO SIAFI

O Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM é um sistema de processamento de dados, baseado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para simplificar e uniformizar a Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil dos Estados e Municípios, de forma integrada, minimizando os custos, obtendo maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos e gerando de forma integrada, as informações sobre atividades de orçamento, empenho, liberação de recursos, pagamentos e prestação de contas públicas.

Dessa forma, o Sistema torna-se uma ferramenta de fundamental importância como instrumento gerencial das áreas de Controle Interno, atividade que é

exercida, na maior parte dos Estados e Municípios, por órgãos conhecidos como Controladorias, geralmente vinculados às Secretarias da Fazenda.

O SIAFEM preconiza maior transparência para os gastos públicos, modernização da administração dos Estados e Municípios, fornecer meios para agilizar a programação financeira e otimizar a utilização dos recursos financeiros, além de padronizar os procedimentos administrativos

No esforço para a modernização do Estado brasileiro, o Sistema ocupa lugar de destaque. O SIAFEM reorganiza o processo de execução orçamentária, automatizando todo o processo de contabilização pública, permitindo o maior controle das despesas públicas.

O SIAFEM foi criado pelo Serpro a partir do SIAFI e possui a mesma competência que o mesmo no nível estadual e municipal, onde os chamados gestores dos recursos públicos podem, apenas acessando seu microcomputador, acompanhar a execução de despesas e receitas de forma “on line”. O Sistema permite, também, a emissão dos balancetes a tempo e a hora que o usuário desejar, resolvendo definitivamente um velho problema dos números oficiais: a divergência entre a contabilidade e a execução orçamentária.

E o que é mais importante, o acompanhamento das despesas públicas não é privilégio dos técnicos do governo. Assim como o SIAFI, o SIAFEM pode ser acessado pela sociedade civil, por meio dos Poderes Legislativos ou até por entidades previamente cadastradas, desde que a consulta seja regulamentada por legislação específica do Estado.

Tanta facilidade só é possível porque o meio físico papel – chamado desta forma pelos analistas e programadores – foi eliminado no processo de administração financeira executado pelo SIAFEM. Assim, uma despesa prevista no orçamento de um órgão público pode ter seu pagamento priorizado, autorizado, posteriormente empenhado, finalmente pago e prestando contas utilizando apenas a via eletrônica. Até mesmo o tradicional cheque deixou de existir. É que os estados abrem uma conta corrente única no seu banco oficial que centraliza todos os pagamentos até a liberação dos créditos, também por meio eletrônico. Por isso, também é necessária, além da integração das informações financeiras e orçamentárias num único banco de dados, a adequação do banco responsável pelos pagamentos com o SIAFEM.

Os recursos depositados no banco são distribuídos contabilmente para as unidades gestoras integradas ao Sistema. Com isso, as transferências são imediatas, não transitando pela rede bancária e podendo ser feita durante todo o dia, sem utilização do papel. As ordens bancárias emitidas são consolidadas diariamente, obtendo-se o conhecimento prévio dos desembolsos efetivos a serem honrados no dia seguinte.

O SIAFEM dispõe de transações que permitem, a qualquer momento, consultar dados relacionados a um determinado documento, registros contábeis, tabelas, cadastros e demais informações existentes no Sistema.

“Por causa desses benefícios, o Sistema logo despertou o interesse de vários estados e de alguns municípios, criando um mercado de clientes com grande potencialidade. E foi justamente por despertar um grande interesse no mercado que o Serpro resolveu inovar o seu processo de comercialização, delegando, em alguns casos, essa atividade a algumas empresas de informática por meio de franquias. A iniciativa, que também vem dando excelentes resultados, só foi possível com a regulamentação das Leis de Franquia e Terceirização de Serviços”. (Revista Tema Ano XXII – N.º 135 – Set/Out. 1997)

13.1 ALGUNS ESTADOS QUE UTILIZAM O SIAFEM

Desde a sua criação, o sistema vem ajudando aos Estados na defesa de sua estabilização econômica e já foi implantado em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco, Pará, Amapá, Rondônia e Distrito Federal.

No estado de São Paulo, o maior orçamento do Brasil estava seriamente comprometido por falta de credibilidade nas informações geradas acerca de seu controle financeiro e orçamentário.

Apesar de contar com um equipamento de grande porte, as informações estavam sempre atrasadas, por que a entrada de dados era lenta, o contador era um escriturário que dependia de digitadores para o lançamento desses dados e os altos números da inflação corroíam, em pouco tempo, os números apurados com atraso.

Esses problemas, entre vários outros, fazia com que o gestor público não dispusesse da informação rápida e correta, um precioso instrumento para a tomada de decisões. Após um ano de funcionamento, o SIAFEM passa em seu maior teste e organiza, definitivamente essas gigantescas contas.

O SIAFEM está também ajudando o estado de São Paulo a cumprir os dispositivos da Lei 8.666, porque no sistema on line é possível ter a dinâmica da informação no momento em que as operações estão sendo executadas, aumentando a responsabilidade dos gestores na execução das despesas.

No estado de Pernambuco, que sempre teve, tradicionalmente, suas contas públicas organizadas, onde nunca se ouviu falar de escândalos com as finanças do estado, a chegada do SIAFEM vem reforçar a tradição de manter sua contabilidade pública organizada, passando a contar com uma poderosa ferramenta de acompanhamento e controle: a Informática.

O estado de Alagoas vinha enfrentado, em 1997 uma grave crise econômica e, para superá-la, está recorrendo a esta poderosa ferramenta de controle de suas contas. Depois de um ano e oito meses de implantação, o SIAFEM finalmente entra no ar e já mostra os seus primeiros resultados.

O SIAFEM do Rio de Janeiro é a primeira experiência de franquia do SERPRO com a iniciativa privada. Desenvolvido sob a consultoria da Labo, o Sistema vem unindo novos e antigos contadores em torno de um objetivo comum: organizar as contas públicas do Estado.

14. INOVAÇÕES NO SIAFI

14.1 O REPROJETO SIAFI 96

Uma das características inerentes aos sistemas é a entropia, ou seja, a tendência, ao longo do tempo, ao desgaste e à obsolescência. É necessário, portanto, que medidas contrárias a essa tendência sejam adotadas, no intuito de adequar os sistemas às necessidades atuais e ao avanço desenfreado da tecnologia.

O Reprojeto SIAFI é um dos projetos de evolução e aperfeiçoamento do SIAFI, iniciado em 1994, sob a supervisão e orientação da STN, buscando agregar ao sistema, implantado em 1987, toda a visão crítica adquirida com a inovação tecnológica que vem se processando ao longo dos seus nove anos de existência, bem como, adequar-se melhor às novas necessidades impostas pela legislação vigente.

Houve mudanças significativas na padronização das telas e nas funções das teclas de atalho (PF's), as quais passaram a aparecer em uma régua na penúltima linha de determinada tela. Além dessas duas, houve mudanças em alguns módulos, no padrão de transações de tabelas, nos padrões de entradas de documentos e nos padrões gerais. Como exemplo tem-se os campos numéricos que não precisam mais ser preenchidos com zeros à esquerda.

14.1.1 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

As alterações contábeis para o SIAFI 96 restringiram-se apenas aos eventos e, conseqüentemente, aos documentos contábeis, dando início ao processo de reestruturação que se pretendeu proporcionar, de forma gradativa, a toda a Contabilidade Pública.

Houve alteração da codificação dos eventos apenas no tipo de utilização, restrito aos eventos complementares e de uso pelo próprio sistema. A otimização repercutiu na inclusão de mais um campo de inscrição e de classificação. Estes campos flexibilizam a junção de eventos com a eliminação de outros em época oportuna.

Os registros contábeis apresentam-se nas mesmas condições anteriores ao reprojeto, com exceção do estorno que não mais inverte o débito ou o crédito, mas deduz, negativamente, do movimento devedor ou credor, respectivamente. Com isto os movimentos contábeis manterão a integridade dos valores, podendo trabalhar com os mesmos sem preocupação de expurgar valores de estorno que já estarão expurgados automaticamente, através do próprio registro.

14.2 SIAFI CIDADÃO

Tentando compatibilizar a democratização do Sistema com a preservação da sua segurança, surge o SIAFI CIDADÃO, um projeto que começou a ser desenvolvido no de 1996, utilizando a Internet para disponibilizar informações do Sistema. Nele, o usuário vai receber informação trabalhada de forma organizada e inteligível. Pode-se divulgar informações sobre contas públicas consolidadas, resultados do Tesouro, as transferências constitucionais para estados e municípios, com o montante repassado para

cada cidade, transferências negociadas para estados e municípios. que são convênios e projetos. Eventualmente, também informações sobre o gasto dos principais itens de despesa do governo, como pessoal, programas e outros.

14.3 SIAFI CONVERTIDO

Outra novidade é que o SIAFI já está preparado para o Ano 2000.

Sabe-se que o SIAFI é um sistema consolidado que trata de informações de execução orçamentária e financeira da União, sendo de caráter extremamente crítico, à medida em que movimenta um enorme volume de recursos financeiros. Por ser um sistema de tamanha importância não pode correr riscos quanto à integridade dos dados de que trata. Um cálculo errado poderia desacreditar o Governo ou mesmo criar um problema político complexo.

Se o SIAFI não estivesse preparado para o Ano 2000 poderiam ocorrer sérios problemas nos processos de encerramento de exercício, transferências de saldos, lançamentos indevidos, problemas em transações on-line, como por exemplo a emissão de OB de pagamento a fornecedor, entre outros. Com essa conversão esses riscos não existem.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

A performance apresentada pelo SIAFI é de tratar-se de Sistema de acompanhamento das atividades relacionadas com a Administração Financeira dos recursos da União, e que centraliza e uniformiza o processamento da execução orçamentária, recorrendo a técnicas de elaboração eletrônica de dados, com o envolvimento das Unidades Centrais e Setoriais do sistema, bem como a participação dinâmica da Unidade Gestora e Entidades Supervisionadas, sob a supervisão técnica do Departamento do Tesouro Nacional e sem prejuízo da subordinação hierárquica ministerial.

O resultado dessa integração abrange essencialmente a programação financeira, execução contábil e a administração orçamentária. É importante ressaltar que esses resultados são obtidos sem que a gestão seja prejudicada. A centralização do

processamento não introduz qualquer rigidez ou restrição à realização das despesas pelos gestores.

Diante da performance do Sistema exposta acima e do trabalho apresentado, pode-se dizer que o SIAFI, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, posiciona-se como um marco na história da Administração Pública Federal, quanto à forma de gerir, executar e controlar as finanças públicas com maior segurança, seriedade e rapidez, proporcionando uma conceituada qualidade no gerenciamento dos recursos públicos.

O que é mais interessante, é saber que essa qualidade de sistema, como mecanismo administrativo, só tende a melhorar suas funções de controle, cada vez mais modernizando-se e atualizando-se, a fim de que o usuário ganhe com um sistema que sempre lhe será bastante útil e moderno, a Administração Pública possa contar com maior segurança e precisão nos seus gastos e a sociedade, depositária da confiança no administrador, possa ser também beneficiada.

BIBLIOGRAFIA

STN/MF – Manual SIAFI – volume 02, 1996

STN/MF – Manual SIAFI – volume 03, 1996

DTN/MF – Norma de Execução / COSIS nº 007, de 26 de Jun. 92.

Apostila da Delegacia Federal de Controle no Ceará – Iniciação

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – Manual

Operacional do Sistema Integrado de Administração Financeira do

Governo Federal – SIAFI, 1992

TEMA – A Revista do SERPRO – nº 129, pág. 03–13, Set/out. 96.

TEMA – A Revista do SERPRO – nº 135, pág. 11–28, Set/out. 97.

TEMA – A Revista do SERPRO – nº 107, pág. 07–17, Ago/Set/out. 91.

FREIRE, Fátima S. Sistema de Informações Contábeis. Notas de Aula, 1997.

CAUTELA, Alciney Lourenço – Sistema de informações na administração

de empresas. 4ª ed. 1996, Editora Atlas S.A. São Paulo.

GIL, Antônio Loureiro – Sistemas de informações contábil, financeiros –

São Paulo – Atlas, 1992